

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

174 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 17 a 21/07/2023

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	1
DROI	1
AFCO	1
AFET	1
2. CIMEIRA UE-CELAC	2
3. AGENDA DE INVESTIMENTO GLOBAL GATEWAY	2
4. ACORDO PÓS-COTONU - DECISÃO	3
5. UCRÂNIA - RENOVAÇÃO DAS SANÇÕES À RÚSSIA	3
6. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NO PARLAMENTO EUROPEU	3
7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA	4
8. TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS	5
9. PROCURADORIA EUROPEIA	5
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas	5
Conselho dos Negócios Estrangeiros	5
Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos	6
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

DROI

A Subcomissão de Direitos Humanos organizou, no dia 19 de junho, uma [reunião interparlamentar relativa à Coordenação entre as delegações da UE e as embaixadas dos Estados-Membros da UE em matéria de direitos humanos em países terceiros](#).

A reunião d permitiu um intercâmbio entre deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, a fim de analisar a melhor forma de assegurar que as delegações da UE e as embaixadas dos Estados-Membros da UE em países terceiros se coordenem em matéria de direitos humanos, por forma **proteger e promover os direitos e liberdades fundamentais consagrados nos tratados internacionais nas suas relações com os países parceiros**.

A reunião contou com a presença, como oradores, do Embaixador Nikolaus Meyer-Landrut, chefe da Delegação da União Europeia na Turquia, o Embaixador Gilles Bertrand, chefe da Delegação da União Europeia na Colômbia e Philippe Dam, diretor da *Human Rights Watch*, que partilharam as suas opiniões sobre o tema, a que se seguiu uma sessão de perguntas e respostas com os participantes.

A documentação da reunião pode ser encontrada [aqui](#) e o vídeo encontra-se disponível [aqui](#).

AFCO

Na sequência das propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa, a Comissão dos Assuntos Constitucionais adotou esta semana um [projeto de relatório no qual recomenda reformas que permitem melhorar a democracia europeia, incluindo através da revisão dos Tratados da UE](#) (17 votos a favor, 5 contra e uma abstenção).

Os deputados reiteraram que o Parlamento Europeu deve ter um **direito direto de iniciativa e de inquérito**, que deve ser estabelecido um sistema bicameral (no qual o Conselho de Assuntos Gerais se torna um Conselho legislativo) e que o recurso à votação por **maioria qualificada e ativação de cláusulas *passerelle*** deve ser maior. Destacam-se ainda as propostas relativas à possibilidade de o PE apresentar moções de censura contra comissários, estabelecimento de um fundo europeu de apoio aos meios de comunicação social e meios editoriais para combater a desinformação, criação do Estatuto de Cidadania da UE e de uma Ágora Europeia - um balcão único para as ferramentas de participação dos cidadãos.

AFET

A Comissão dos Assuntos Externos aprovou um [relatório relativo à cooperação da Turquia com a UE](#), recomendando o avanço para uma parceria mais estreita através de um processo de reflexão que permita encontrar um quadro paralelo e realístico para as relações UE-Turquia, solicitando que a Comissão explore possíveis formatos para um quadro mutuamente atrativo. É reiterado que se **espera que a Turquia respeite os valores democráticos, o Estado de direito, os direitos humanos e os princípios e obrigações do direito europeu**. O relatório insta ainda a Turquia a ratificar a adesão da Suécia à NATO sem mais demoras, não podendo o processo de adesão a esta organização estar ligado ao processo de adesão à UE.

2. CIMEIRA UE-CELAC

Os dirigentes da UE e os dirigentes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) reuniram-se em Bruxelas para a terceira [cimeira UE-CELAC](#), a primeira dos últimos oito anos. A cimeira foi co-presidida pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel (observações na conferência de imprensa [aqui](#)), e o presidente em exercício da CELAC, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves.

Foram debatidos vários temas como a cooperação reforçada em instâncias multilaterais, a paz e a segurança a nível mundial, o comércio e o investimento, os esforços de luta contra as alterações climáticas e a justiça e a segurança para os cidadãos, tendo os dirigentes reiterado o seu compromisso em renovar a sua parceria de longa data.

No final, **foi adotada uma declaração**, subscrita por todos os países, exceto por um (Nicarágua) por discordar de um ponto relativo à condenação da agressão da Rússia contra a Ucrânia. A declaração encontra-se disponível [aqui](#). Foi ainda acordada a realização destas cimeiras de dois em dois anos.

No âmbito desta declaração, refira-se o atrito diplomático patente entre o **Reino Unido e a Argentina**, com o primeiro a criticar a referência na declaração a Ilhas Malvinas, o nome argentino para o território disputado entre os dois países, em vez de Ilhas Falkland (detalhe [aqui](#)). Sobre o tema, o porta-voz do Serviço Europeu de Ação Externa, Peter Stano, [esclareceu que](#) «*Os Estados-Membros da UE não alteraram os seus pontos de vista/posições relativamente às Falklands/Malvinas. A UE não está em condições de exprimir qualquer posição sobre as Falklands/Malvinas, uma vez que não houve qualquer debate ou decisão do Conselho [de Estados-Membros] sobre esta matéria. A UE não toma qualquer posição sobre estas questões sem um mandato do Conselho.*».



Fonte: [Cimeira UE-CELAC - Consilium \(europa.eu\)](#)

3. AGENDA DE INVESTIMENTO GLOBAL GATEWAY

Durante a mesa redonda empresarial UE-ALC, que decorreu no âmbito da cimeira UE-CELAC, a Presidente da Comissão Europeia apresentou a [Agenda de Investimento Global Gateway UE-ALC](#) (América Latina e Caraíbas) - GGIA, que se desenvolve em torno dos seguintes pilares:

- uma transição ecológica justa;
- uma transformação digital inclusiva;
- o desenvolvimento humano;
- a resiliência sanitária e vacinas.

Anunciou ainda que a Equipa Europa autorizou mais de 45 mil milhões de euros para apoiar a parceria reforçada com a América Latina e as Caraíbas até 2027.

A GGIA inclui uma lista de **130 projetos** nas áreas descritas, de que é exemplo a colaboração da UE com o governo brasileiro para expandir as redes de telecomunicações na Amazônia, a colaboração com a ALC no domínio das matérias-primas essenciais, eletrificação de transportes públicos na Costa Rica, modernização da rede de eletricidade no Paraguai ou a implantação de 5G na Jamaica, assim como uma Aliança Digital UE-ALC, uma iniciativa para resiliência em matéria de saúde ou o programa «Sociedades Inclusivas».

4. ACORDO PÓS-COTONU - DECISÃO

O Conselho deu luz verde à decisão de [assinatura e aplicação provisória do Acordo de Parceria entre a União Europeia e a Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico \(OEACP\)](#). Este Acordo, que constitui o quadro legal para as relações entre a UE e os Estados-Membro de 79 países de África, Caraíbas e Pacífico durante os próximos 20 anos, sucede ao Acordo de Cotonu e cobre áreas como o desenvolvimento sustentável e crescimento, direitos humanos e paz e segurança.

Recorde-se que as negociações deste acordo pós-Cotonu iniciaram-se em setembro de 2018, tendo o acordo político sido alcançado em dezembro de 2020 e mantendo-se num impasse até agora (nomeadamente pelo veto da [Hungria e da Polónia](#)). O Acordo de Cotonu, que expirou em 2020, foi prorrogado por diversas vezes *até à entrada em vigor ou aplicação provisória do novo acordo ou, o mais tardar, até 30 de junho de 2023*. Carlos Zorrinho (Portugal) e Ana Rita Sithole (Moçambique), co-presidentes da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, haviam já emitido uma [declaração conjunta](#) sobre o assunto.

Este acordo, baseado em princípios comuns, tem como **áreas prioritárias** de ação direitos humanos, democracia e governação, paz e segurança, desenvolvimento humano e social, crescimento económico e desenvolvimento inclusivo e sustentável, sustentabilidade ambiental e alterações climáticas, migração e mobilidade

O novo acordo será oficialmente assinado nos próximos meses pela UE e pelos seus Estados-Membros e membros da OEACP e a sua aplicação provisória terá início no primeiro dia do segundo mês após a assinatura.

5. UCRÂNIA - RENOVAÇÃO DAS SANÇÕES À RÚSSIA

O Conselho [prorrogou por seis meses, até 31 de janeiro de 2024, as medidas restritivas que visam setores específicos da economia da Federação da Rússia](#). Estas sanções, introduzidas pela primeira vez em 2014 em resposta às ações da Rússia contra a Ucrânia, têm vindo a ser significativamente alargadas desde fevereiro de 2022, em resposta à agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra o país. Desde 24 de fevereiro de 2022, a UE adotou 11 pacotes de sanções duras e sem precedentes em resposta a esta invasão em larga escala.

6. ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NO PARLAMENTO EUROPEU

Temos vindo a dar nota (e.g. na [Síntese n.º 148](#)) do facto de, após **buscas domiciliárias e detenções, relacionadas com suspeitas de corrupção no Parlamento Europeu (PE) conhecidas como Qatargate**, a Presidente do PE, Roberta Metsola, ter anunciado como sua [prioridade](#) a apresentação, no início de 2023, de um [pacote de reformas](#) no PE sobre corrupção.

Nesse sentido, a Presidente do PE apresentou no início de janeiro a sua proposta inicial sobre esta matéria, intitulada *Reforço da integridade, independência e responsabilidade - primeiros passos*, e disponível [aqui](#), e que tem vindo a ser trabalhada ao longo dos últimos meses.

Esta semana, a Presidente do PE deu nota de que *"Hoje, podemos dizer que estas catorze propostas foram postas em prática"*. O ponto de situação de cada uma das catorze medidas propostas pelo Presidente do PE está disponível [aqui](#), divulgado pelo jornal [Agence Europe](#).

Importa, igualmente, dar nota da apresentação e discussão na Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do projeto de relatório sobre as alterações ao Regimento do Parlamento Europeu com vista a reforçar a integridade, a independência e a responsabilidade, disponível [aqui](#) e que tem como relatora a Deputada Gabriele Bischoff (S&D, Alemanha). Este relatório, que deverá ser votado em setembro, visa integrar novas obrigações em matéria de transparência no que se refere às reuniões com terceiros e às remunerações recebidas fora do mandato, à luta contra os conflitos de interesses e às sanções em caso de infração.

Finalmente, o PE disponibilizou na sua página principal, um separador designado de **Ética e Transparência** (consultar [aqui](#)), onde são abordadas todas as questões relacionadas com esta matéria (estatuto dos Deputados, código de conduta, integridade).



7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

O Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans, [anunciou esta semana](#) que será o candidato da recém-formada coligação entre o Partido Trabalhista e o Partido da Esquerda Verde nas eleições legislativas antecipadas dos Países Baixos, que terão lugar a 22 de novembro, após a demissão do governo de coligação liderado por Mark Rutte (Partido Popular para a Liberdade e Democracia, que pertence aos Liberais).

Tal deverá significar que Frans Timmermans, que fora o [candidato principal do Partido Socialista Europeu](#) para a Presidência da Comissão Europeia em 2019, deverá cessar ou suspender funções como membro da Comissão Europeia.

Timmermans, 62 anos, é Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pelo Pacto Ecológico, um vasto conjunto de políticas em matéria de alterações climáticas e ambiente.

Recorde-se que a também Vice-Presidente Executiva da Comissão, Margrethe Vestager, [anunciou](#) que «o governo dinamarquês havia apresentado o seu nome para ser avaliado como possível candidata ao cargo de presidente do Banco Europeu de Investimento», cujo atual Presidente cessa funções em dezembro.

8. TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

A Comissão adotou um [conjunto de decisões em matéria de infrações devido à falta de comunicação pelos Estados-Membros das medidas tomadas para transpor as diretivas da UE para o direito nacional](#). Há 25 Estados-Membros que ainda não notificaram todas as medidas de transposição de oito diretivas da UE nos domínios da saúde, do ambiente, dos transportes, da defesa e da estabilidade financeira, dos serviços financeiros e da união dos mercados de capitais. Portugal vai assim receber **quatro cartas notificação para cumprir**, uma vez que não comunicou as medidas nacionais de transposição completas dentro do prazo previsto para a transposição da legislação fitossanitária da UE (Diretiva (UE) 2022/2438), da legislação relativa ao transporte de mercadorias perigosas (Diretiva Delegada (UE) 2022/2407), da legislação relativa à divulgação de informações fiscais (Diretiva (UE) 2021/2101) e da Diretiva Seguro Automóvel (Diretiva (UE) 2021/2101). Os Estados-Membros em causa dispõem agora de dois meses para responder às cartas de notificação para cumprir e concluir a sua transposição, podendo após este prazo a Comissão emitir um parecer fundamentado.

9. PROCURADORIA EUROPEIA

Esta semana, [o Conselho nomeou dois procuradores europeus para a Procuradoria Europeia: o português José António Lopes Ranito](#) e o espanhol Ignacio de Lucas Martín. Os novos procuradores iniciarão funções no dia 29 de julho, tendo como principal função a supervisão das investigações e ações penais, fazendo parte do colégio de procuradores.

Estas duas nomeações têm lugar no contexto da renovação parcial do Colégio da Procuradoria Europeia uma vez que, no regime transitório previsto para o primeiro mandato, os procuradores europeus da Áustria, de Chipre, da Grécia, de Itália, da Lituânia, dos Países Baixos, de Portugal e da Espanha (designados por sorteio) exerceriam um mandato de três anos não renovável.

A designação dos candidatos ao cargo de procurador europeu cabe a cada Estado-Membro, devendo estes ser membros no ativo dos serviços do ministério público ou magistratura judicial do seu Estado-Membro. O processo nacional [requer](#) que a [Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República realize audições com os candidatos](#), as quais decorreram, neste caso, no início do mês de junho.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas

Os ministros reuniram-se em Vigo para debater a [necessidade de avançar com uma estratégia para a descarbonização do setor das pescas e da aquicultura e analisar os investimentos necessários para melhorar a sua sustentabilidade](#). Os ministros concordaram com a necessidade de impulsionar esta transição energética para reforçar o desempenho económico dos setores, a sua resiliência, redução de emissões e novas oportunidades de mercado. Foram assim debatidas várias medidas neste âmbito como as possibilidades de investigação e inovação tecnológica, a utilização de eco-combustíveis, revisão da definição de capacidade de pesca e uma proposta para um fundo de emergência que acelere o processo de transição.

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Nesta [reunião](#), os ministros trocaram pontos de vista sobre o tema recorrente, a agressão russa contra a Ucrânia, tendo sido informados pelo ministro dos negócios estrangeiros da Ucrânia sobre os últimos desenvolvimentos, prioridades militares e necessidades, tendo o Conselho confirmado o apoio à legítima defesa da Ucrânia contra o agressor e debatido a iniciativa para assegurar um financiamento mais sustentável e previsível para o apoio à defesa do país, criando uma seção específica no Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Os ministros trocaram ainda impressões sobre as relações UE-Turquia, foi apresentada pelo Alto Representante a Estratégia Europeia

para a Segurança, e trocados pontos de vista, de forma informal, com o Secretário de Estado EUA, Antony Blinken sobre a coordenação e cooperação da política externa UE-EUA.

O Conselho adotou ainda conclusões sobre as [prioridades da UE para a 78.ª Assembleia Geral da ONU](#) e uma decisão sobre o Acordo Pós-Cotonu (cfr. ponto 3).

Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos

Reunidos em Logroño, os ministros focaram os seus trabalhos nos [progressos relativos ao Pacto de Migração e Asilo](#) e na intensificação da luta contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada, procurando o reforço do espaço de liberdade, segurança e justiça e proteção das vítimas da criminalidade. A Presidência espanhola defendeu a promoção de um regulamento de gestão de crises que inclua procedimentos administrativos mais simplificados em matéria de asilo e de regresso, bem como um mecanismo de solidariedade com os Estados-Membros e as regiões afetadas, em conformidade com as orientações iniciadas por presidências anteriores.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos no Parlamento Europeu serão retomados no final do mês de agosto.

Comissão Europeia

As reuniões do colégio de Comissários serão retomadas no início de setembro.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 24.07: [Reunião informal dos ministros da Competitividade \(Mercado Interno e Indústria\)](#);
- 26.07: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#);
- 27.07: [Reunião informal dos ministros da Competitividade \(Investigação\)](#); [Reunião informal dos ministros da Saúde](#).

Bruxelas | 21 de julho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).